

Direito para pessoas
com necessidades especiais

Página 2

Leilão e pautas:
acompanhamento on-line

Página 3

Seminário fortalece
convênio com UFPE

Página 7

Comenda movimentada mundo jurídico



A entrega das medalhas de mérito funcional e mérito judiciário, que aconteceu no dia 13 de maio em homenagem à abolição da escravidão, mobilizou autoridades, magistrados e servidores. As medalhas Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira e Juiz Eurico de Castro Chaves Filho são concedidas anualmente a personalidades que contribuíram para o aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho ou se destacaram em suas respectivas áreas de atuação. A cerimônia foi comandada pela presidente do TRT da 6ª Região, desembargadora Eneida Melo (centro).

TRT6 é destaque entre os Regionais do país

Os indicadores estatísticos do TRT da 6ª Região, referentes aos anos de 2007 e 2008, mostram que a Justiça do Trabalho em Pernambuco se destaca como uma das mais ágeis do país. Os dados foram apresentados em Brasília, durante reunião técnica que expôs as estatísticas do Poder Judiciário brasileiro. Esses indicadores levam em conta o panorama nacional da Justiça do Trabalho e o andamento processual das 1ª e 2ª instâncias. O

desempenho do TRT6 destacou-se, sobretudo, em relação à fase de execução. Foi o tribunal que menos apresentou saldo pendente de processos sobre o montante do ano, mesmo tendo sido o 4º colocado em números de processos que iniciaram a fase de execução. Na 2ª instância, a taxa de congestionamento caiu de 2007 para 2008, restando um estoque menor de processos não solucionados no ano passado.

Direito ao trabalho das pessoas com deficiência



Djair de Andrade Lima
Oficial de Justiça do TRT da 6ª Região

A Lei 8213/91 (art 93), regulamentada pelo Decreto 3298/99, teoricamente melhoraria as condições adversas encontradas pelas pessoas portadoras de deficiência, notadamente no acesso ao mercado de trabalho, cujo artigo 36 prevê que empregadores da iniciativa privada, com 100 ou mais empregados, reservem parte de seus cargos para beneficiários da Previdência Social reabilitados ou para portadores de deficiência.

O direito à integração no mercado de trabalho da pessoa com deficiência está, ainda, previsto no art. 7º, XXXI, da Constituição Federal, que alicerça a dignidade desse grupo e se estabelece como obrigação legal, opondo-se às discriminações negativas.

A Função Social do Direito do Trabalho é essencial ao combate à discriminação desse segmento, com a ação estatal integrada, servindo, assim, como verdadeiros agentes de transformações, objetivando alcançar uma sociedade inclusiva.

Nunca é demais afirmar que a nossa Constituição cidadã possui regras cogentes em seus direitos sociais.

Tais direitos, dentre eles o direito à inclusão da pessoa portadora de deficiência, caracterizam-se como liberdades positivas, obrigatórias em um Estado Democrático de Direito, cuja meta deve ser a melhoria das condições de vida do ser humano, buscando a efetiva igualdade material, prevista na nossa Carta Política (art. 3º), que anuncia, dentre seus objetivos fundamentais,

construir uma sociedade livre, justa e solidária (inc. I) e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (inc. III).

O Princípio da Irredutibilidade se constitui em um modo de se operacionalizar a inserção das pessoas portadoras de deficiência, destacadamente no contexto laboral, conquanto grande parte desse grupo sequer o conheça!

O sábio Aristóteles, em lapidar pensamento, sintetiza: "A igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais".

Com a Constituição da República de 1988 houve a consagração dos direitos de cidadania. Todavia, apesar dos avanços introduzidos, continuamos perplexos com a sua pouca efetividade, visto que inúmeros dispositivos ainda aguardam regulamentação, implantação e implementação; e, mais ainda, necessita-se de uma aculturação de nossa sociedade, minimizando preconceitos e discriminações inerentes ao processo de inclusão desse grupo, qual seja, das pessoas com deficiência.

Tal aculturação dessa sociedade, reverteria em favor de uma, mais que necessária, imprescindível, conscientização, diminuindo a segregação efetivamente existente.

A ignorância generalizada sobre a competência das pessoas com deficiência, impede-lhes o acesso às condições mínimas de cidadania. Ademais, agrava-se a situação desses portadores à medida em que, regra geral, desprovidos de educação

formal, são, em sua grande parte, pobres.

Resta ao Poder Público, tão preocupado com divulgações de outras naturezas, implantar campanhas, conscientizando a sociedade dessa necessária inclusão, afastando os estereótipos e preconceitos, excluindo as discriminações, desde a infância, numa aculturação que traria o reconhecimento de uma igualdade real, jamais confundida com discriminação gratuita ou fortuita, divulgando, assim, o amplo sentido do Princípio da Igualdade.

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife - PE
Imprensa: 81-2129.2020 imprensa@trt6.gov.br

PRESIDENTE

Eneida Melo Correia de Araújo

VICE-PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

CORREGEDOR

Ivanildo da Cunha Andrade

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Gilvan Caldas de Sá Barreto
Maria de Lourdes Araújo Cabral de Mello
Nelson Soares Júnior
Josélia Moraes da Costa
Zeneide Gomes da Costa
Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virginia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira
Dione Nunes Furtado da Silva

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

José Alberto Alves Viana

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lydia Barros

REDATORAS

Lydia Barros / Maria Alice Amorim

REVISÃO

Eugenio Pacelli

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli
Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

IMPRESSÃO

Impima Soluções Gráficas LTDA - ME
(Tiragem: 1.500 exemplares)

Ações da informática beneficiam leilão, turmas e estatística

A Secretaria de Informática desenvolveu programas que tornam mais acessíveis as informações a respeito das pautas de julgamento da segunda instância e do Leilão Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região. As ferramentas estão funcionando desde maio.

Com relação às pautas,

advogados, partes podem consultá-las, na página do TRT na internet, verificando a data em que os processos irão a julgamento nas Turmas ou no Pleno do Tribunal.

No que se refere ao leilão, as pessoas interessadas têm a possibilidade de, por meio de acesso à internet, saberem quais os bens postos a arrematação no evento

seguinte, assim como podem obter um relatório com as informações sobre os certames anteriores, com detalhes de valores e arrematantes. A sistemática beneficia diretamente os jurisdicionados. "A divulgação prévia dos bens atrai um maior número de arrematantes", declarou o chefe do Setor de Leilão do TRT6, Luiz Antônio.

Os programas foram desenvolvidos pelos servidores Roger Campelo e Ricardo Cavalcanti, do Setor de Gestão da Informação da Secretaria de Informática, que é chefiado por Henrique Saraiva.

Para utilizar os novos serviços, os usuários devem acessar a página do TRT <www.trt6.jus.br> e clicar no link <consultar pauta> ou <leilão judicial>, que está dentro do link <processos>.

CONSULTA PAUTA - 2ª INSTÂNCIA

- ♦ **Pauta(s) Tribunal Pleno - [Consultar Resumo](#)**
Nenhuma Pauta publicada.
- ♦ **Pauta(s) 1ª Turma**
[30/06/2009](#)
[07/07/2009](#)
- ♦ **Pauta(s) 2ª Turma**
[01/07/2009](#)
- ♦ **Pauta(s) 3ª Turma**

Dados de conciliação seguem on-line

Outra inovação, que deu mais agilidade ao Setor de Estatística, foi o recebimento on-line do número de conciliações realizadas nas Varas do Trabalho. Tais dados são consolidados e remetidos, pelo setor competente, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

SECRETARIA DA PRIMEIRA TURMA	
Data da Pauta:	30-06-2009
Sessão:	Ordinária
RELAÇÃO DE PROCESSOS	
Processo :	00642-2006-412- AGRAVO DE PETIÇÃO
AGRAVANTE	União (INSS)
Advogado (s)	
AGRAVADO	
Advogado (s)	
Desembargador Relator :	
Desembargador Revisor :	
Processo :	00696-2005-411- AGRAVO DE PETIÇÃO
AGRAVANTE	União (Fazenda Nacional)
Advogado (s)	
AGRAVADO	
Advogado (s)	
Desembargador Relator :	
Desembargador Revisor :	
Processo :	01029-2007-351- AGRAVO DE PETIÇÃO
AGRAVANTE	
Advogado (s)	
AGRAVADO	
Advogado (s)	
Desembargador Relator :	
Desembargador Revisor :	
Processo :	00082-2009-271- RO-PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

TRT celebra abolição com entrega de medalhas

Instituídas no ano de 1987 para marcar a comemoração pelos 100 anos da abolição da escravatura, as medalhas Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira e Juiz Eurico de Castro Chaves Filho são concedidas anualmente a personalidades que contribuíram para o aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho ou se destacaram em suas respectivas áreas de atuação. Este ano não foi diferente. A cerimônia, realizada em Rose Beltrão Recepções, no dia 13 de maio, foi comandada pela presidente do TRT da 6ª Região, Eneida Melo, que recebeu os homenageados, autoridades, servidores e convidados ao lado dos desembargadores deste Tribunal.

A medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, categoria mérito judiciário, homenageia o



JOÃO DA COSTA BEZERRA FILHO
Prefeito da Cidade do Recife

conselheiro que foi um dos grandes estadistas do Brasil no Segundo Reinado. Seu nome está ligado ao processo de abolição da escravatura, sendo signatário da Lei Áurea juntamente com Sua Alteza Imperial Regente Princesa Isabel. Na trajetória de sua vida teve grande destaque não só no lado político e administrativo, como teve grande preocupação com o direito e a história. Já a medalha Juiz



MARIA IMACULADA SALUSTIANO
Por Mestre Salu, Artista Popular

Eurico de Castro Chaves Filho resgata a memória do Juiz que presidiu este Regional diversas vezes e sob cuja gestão a Justiça do Trabalho passou a integrar o Poder Judiciário Federal.

Confira nestas páginas as personalidades contempladas com as referidas medalhas em 2009, escolhidas pelo Tribunal Pleno deste Regional, em um disputado processo de eleição.

Mérito Funcional: Medalha Juiz Eurico de Castro Chaves Filho



JOSÉ LUPERCÍNIO DOS SANTOS
Técnico Judiciário do TRT da 6ª Região



MARIA DA CONCEIÇÃO MAIA CAMPOS
Técnico Judiciário do TRT da 6ª Região



MIRIAM BELMIRO DOS SANTOS
Auxiliar Judiciário do TRT da 6ª Região



CELIVALDO VAREJÃO FERREIRA DE ALCÂNTARA
Juiz do Trabalho do TRT da 6ª Região



ALCIDES SOARES MENDES
Analista Judiciário do TRT da 6ª Região



JUDITE GALINDO SAMPAIO CURCHATUZ
Juíza do Trabalho Substituta do TRT da 6ª Região

Mérito Judiciário: Medalha Conselheiro João Alfredo



MARIA DO SOCORRO FERRAZ BARBOSA
Chefe do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE



AYRTON CARLOS PORTO JÚNIOR
Técnico Judiciário do TRT da 6ª Região



ANA MARIA APARECIDA DE FREITAS
Juíza do Trabalho Substituta do TRT da 6ª Região



MÁRIO HÉLIO
Pela Fundação Bradesco



FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR
Procurador - Geral do Estado de Pernambuco



GERALDO MAGELA E SILVA MENESES
Juiz Federal do TRF da 1ª Região



JOSÉ CARLOS ESCOBAR
Pelo Instituto Antônio Carlos Escobar (IACE)



PAULO RÉGIS MACHADO BOTELHO
Juiz do Trabalho do TRT da 7ª Região



ANNE HELENA FISHER INOJOSA
Por José Inojosa de Andrade, Advogado



PAULO ANTÔNIO GOMES DANTAS
Médico



PEDRO CARLOS SANTIAGO
Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal



YVES RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Prefeito do Município do Paulista



RENATA LAPENDA RODRIGUES DE MELO
Juíza do Trabalho do TRT da 6ª Região



SÉRGIO ALENCAR DE AQUINO
Advogado

Mapa Estratégico Institucional será apresentado em agosto

O Núcleo de Estatística e Planejamento Estratégico (NEGE 6), que vem coletando informações necessárias à elaboração de mapeamento da instituição, está em plena atividade, visando à realização da Oficina de Planejamento Estratégico, prevista para acontecer entre os dias 3 e 5 de agosto. No encontro, três equipes formularão a estratégia do TRT6 para o sexênio 2009-2015, com abrangência de três gestões, objetivando assegurar continuidade administrativa. A iniciativa regional encontra-se alinhada à política de planejamento estratégico nacional estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça.

As atividades relacionadas ao NEGE 6 e, conseqüentemente, à elaboração do mapa, foram regulamentadas com a publicação do ATO TRT-GP nº. 321/2009, através do qual a desembargadora presidente do TRT6, Eneida Melo, criou três grupos para a construção do Mapa Estratégico Institucional: Equipe de Líderes, Equipe de Líderes Ampliada e Equipe de Desenvolvimento.

A Equipe de Líderes é formada por doze integrantes: desembargadores dirigentes do TRT (presidente, vice e corregedor), diretor-geral, secretário-geral, representante dos magistrados, diretora do fórum do



Reuniões da equipe de Planejamento Estratégico visam à elaboração do mapeamento da instituição

edifício Sudene, presidente da Amatra VI, procurador regional do MPT, e presidentes da OAB-PE, do Sintrajuf e da Astra. A Equipe de Líderes Ampliada possui 24 componentes, entre diretores administrativos e das Varas Trabalhistas.

A presidente Eneida Melo criou três grupos para a construção do Mapa Estratégico Institucional

A Equipe de Desenvolvimento – formada por nove servidores da diretoria-geral e das áreas de estatística, informática e recursos humanos – é quem está à frente da enquete, das entrevistas e da respectiva compilação dos dados norteadores da oficina. Os resultados obtidos nas entrevistas com os líderes e nas pesquisas de clima organizacional (questionário on-line com magistrados,

servidores e advogados) servirão de subsídio para traçar o diagnóstico organizacional (pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças) e definir os objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas.

Do que foi compilado da enquete on-line, aparecem como pontos fortes, entre outros, os convênios (Bacen, Jucepe e Detran), a cordialidade no atendimento, a disponibilização de atas e despachos no site, a realização profissional de magistrados e servidores. Os pontos fracos referem falta de logística, precariedade na infraestrutura física e tecnológica, dificuldade em localizar informações no site, falta de rapidez na localização de processos solicitados no balcão das VTs, ausência de critérios claros para atribuição das funções comissionadas. As entrevistas com os líderes, cujos dados serão utilizados na oficina, encontram-se em andamento.

Seminário traduz frutos da parceria entre TRT6 e UFPE

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Sexta Região da Justiça do Trabalho (Emat 6) realizaram em maio, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, o seminário "História, Trabalho e Justiça". Para uma plateia de estudantes, professores, juízes e servidores, que lotaram o auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH - UFPE), especialistas falaram sobre a importância histórica do acervo documental da Justiça do Trabalho, ressaltando a necessidade de preservação de um "patrimônio" que vem servindo de fonte primária de investigação para pesquisadores de diversos países.

Na abertura do encontro, a diretora do CFCH, professora Socorro Ferraz, destacou a importância de estudar as relações trabalhistas e elogiou a postura do Tribunal que, a despeito de todas as dificuldades econômicas, mantém preservada a memória do Estado com a guarda de mais de 1,5 milhão de processos no Arquivo-Geral de Vitória de Santo Antão. A desembargadora presidente, Eneida Melo, por sua vez, afirmou que a parceria mantida com o Departamento de História da UFPE é um casamento que já deu certo, e destacou os reflexos que estas pesquisas terão para as demais áreas do conhecimento.



Eneida Melo e Socorro Ferraz debateram a importância do acervo documental da JT

Eneida Melo reafirmou que a meta do Tribunal é ampliar a parceria com a UFPE, a partir da construção de um centro de pesquisa, no Campus da universidade em Vitória de Santo Antão, com capacidade para receber 500 mil processos, a serem higienizados, catalogados e digitalizados para uso da sociedade. Além de preservar a memória das relações trabalhistas em PE, esta nova unidade ajudará a desafogar o hoje superlotado Arquivo-Geral do TRT.

O seminário promoveu duas mesas redondas e uma conferência. A primeira mesa foi coordenada pelo professor Marc Jay Hoffnagel. "Justiça e Trabalho nos Processos do TRT da 6ª Região" foi o tema debatido pelos pesquisadores Christine Dabat, Antonio Montenegro e Socorro Abreu. À tarde, a chefe da

graduação em História, Suzana Cavani, coordenou a mesa "A Face Revelada dos Promotores de Justiça", que contou com a participação do procurador de Justiça do MP-PE Francisco Sales e da professora Virgínia Almoedo. O pesquisador e professor da Pós-Graduação em História da Universidade de Campinas (Unicamp) Fernando Teixeira proferiu a conferência de encerramento, que teve como tema "Justiça do Trabalho, História e Documentação".



Christine Dabat pesquisa sobre justiça e trabalho nos processos do TRT

Programa de responsabilidade socioambiental inicia atividades

Dia 5 de junho é o Dia Mundial do Meio Ambiente. Para lembrar a data, a Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental (CPRS) organizou um evento no dia 11 de junho, no edifício-sede. Agenda ambiental, coleta seletiva e responsabilidade social foram os pilares da comemoração, que serviu de mote para o início das atividades relativas ao Programa de Responsabilidade Socioambiental.

No programa festivo, dirigido a servidores e magistrados, houve duas palestras sobre coleta seletiva e alimentos orgânicos, com especialistas no assunto: José Cardoso, integrante da Associação Nacional dos Catadores, tratou da coleta seletiva, e Rildo Gouveia, representante do Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), falou a respeito da agricultura orgânica.

Houve, ainda, a exibição de um vídeo editado pelo Ministério do Meio Ambiente, sobre o programa intitulado Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), além de sorteio de brindes, feira de alimentos e distribuição de material educativo sobre produtos orgânicos. Entre os impressos, foram distribuídos exemplares da cartilha "O Olho do Consumidor", desenhada por Ziraldo e editada pelo Ministério



A comissão de responsabilidade socioambiental distribuiu cartilha desenhada por Ziraldo e promoveu feirinha de produtos orgânicos

da Agricultura.

A CPRS é composta por Renatto Pinto, da Coordenação de Saúde; Eliane Rodrigues, do Gabinete da Presidência; Érica Gusmão, da Diretoria-Geral; Paulo Valongueiro, do Serviço de Engenharia e Manutenção; Murilo Gomes, do Serviço de Material; Ana Príncipe, da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal; Lydia Barros, Coordenadora de Comunicação. Criada na gestão da desembargadora Josélia Moraes como Comissão de Responsabilidade Ambiental, este ano foi reformulada pela presidente Eneida Melo, a fim de incorporar a dimensão da responsabilidade social.

O principal desafio é elaborar amplo diagnóstico, metas e ações ambientalmente sustentáveis, além da ampliação da

coleta seletiva e do manejo adequado dos resíduos sólidos em todas as unidades do TRT. No campo social, é implantar o programa de estágio de nível médio, a cargo da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal.



A presidente Eneida Melo abriu o evento, defendendo a importância do programa